

Fernando Haddad e o voto crítico e necessário contra a derrocada da democracia

Maycon Donizetti Mazzaro¹

A crise socioeconômica e política na qual o Brasil vem se afogando exige de nós uma profunda reflexão. Não se pode apenas atacar a onda fascista que arrasta a democracia a uma zona de risco jamais imaginada nestes 30 anos de regência da Constituição Cidadã, promulgada em 1988, encerrando mais de duas décadas de um regime ditatorial no país. Faz-se necessário também, e acredito que seja uma das ações mais importantes de serem feitas na luta contra o fascismo, uma profunda e sincera crítica aos governos de centro-esquerda que tivemos nas últimas décadas, encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores.

Desde a queda da Presidente Dilma Rousseff, vítima de um golpe jurídico-parlamentar articulado pela cúpula do PMDB, até então aliado do governo e titular da Vice-Presidência da República, tem-se pensado e articulado o processo de retorno da centro-esquerda ao comando do Poder Executivo do Estado. É claro que a primeira pessoa a representar este processo seria Lula. Nesta perspectiva, o ex-presidente da República assumiu de forma gradual a crítica ao *impeachment* sofrido por Dilma, colocando-se como o fator de ruptura do golpe. Evidentemente outras figuras e partidos, representantes do campo progressista da política brasileira, trabalharam para participarem desta articulação, como o PSOL, o PCdoB, o PDT e o PSB. Uma coisa era certa, ninguém ousava desafiar a liderança e a popularidade do ex-presidente Lula. Vislumbrava-se, a longo prazo talvez, uma grande aliança progressista em torno de Lula para derrubar o governo golpista nas urnas e, conseqüentemente, frear o crescimento do deputado Jair Bolsonaro, representante da indústria de armamentos, das igrejas neopentecostais e do fascismo crescente em nossa sociedade.

Tudo mudou no dia 07 de abril de 2018, quando Lula foi preso pela Polícia Federal, em São Bernardo do Campo, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, onde a

¹ Filósofo e Teólogo. <http://lattes.cnpq.br/1870406878570993>. Email: mdmazzaro@gmail.com.

figura histórico-política do ex-presidente teve origem. Sua prisão abriria espaço para outras candidaturas e possível aliança em torno de outro nome. De todas as possibilidades existentes, a figura mais forte e preparada era a do ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, do PDT. O também ex-ministro de Lula tinha o apoio de diversos setores da esquerda e centro-esquerda brasileira, até mesmo dentro do PT. Ainda assim, mesmo preso, Lula foi inscrito como candidato à presidência. Mas tanto o PT como qualquer outro ator deste drama nacional sabiam que Lula não seria o candidato petista a disputar a eleição. E também todos sabiam que o único nome que poderia derrotar o súbito crescimento das intenções de votos em Jair Bolsonaro era Ciro Gomes. No entanto, mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores preferiu lançar-se à sorte do destino. Não aceitou se aliar ao PDT de Ciro, negociou apoios a eleições aos governos dos estados em troca dos partidos, como o PSB, não apoiarem Ciro Gomes e declararem neutralidade no primeiro turno da eleição presidencial, atacou vergonhosamente o candidato do PDT na campanha eleitoral, assim como fez com Marina Silva em 2014 e agora novamente. Mesmo com todas as pesquisas eleitorais mostrando que Ciro Gomes tinha a maior possibilidade de vencer Bolsonaro num segundo turno, o PT não aceitou abrir mão do seu projeto de poder, não abdicando da liderança da chapa presidencial. Fernando Haddad venceu Ciro, com ajuda da máquina eleitoral petista, mas será que, imerso em seus erros e contradições, o PT consegue vencer Bolsonaro?

É justo afirmar que os dois governos do PT (Lula, 2003-2010, e Dilma, 2011-2015) foram os únicos na história do Brasil a colocar os pobres no centro da política de Estado, incluindo na cidadania cerca de 36 milhões de pessoas, devolvendo-lhes a dignidade, o valor humano, o sentido da vida, a autoestima e o protagonismo social. Criou o Sistema Único de Assistência Social, que estruturou de forma organizada a proteção social em todo país. Permitiu, por meio de suas políticas de cotas e do Prouni, que pobres tivessem acesso ao Ensino Superior, partilhando a mesma sala de aula e os mesmos professores que os filhos dos patrões. O favelado teve a oportunidade de se formar médico, engenheiro, advogado e o filho do bóia-fria se formou agrônomo e até juiz de direito. Também se deu garantias trabalhistas aos empregados domésticos, libertando-os da moderna senzala a qual eram submetidos. Estes avanços sociais assustaram a velha-nova oligarquia e também a classe média, que viu seus lugares de privilégio serem ocupados por esta gente que recém conquistou a cidadania. E, sem

dúvida, essa ascensão da classe empobrecida, até então subalterna do poder do capital, é uma das raízes do ódio que se escancara nas redes sociais e, agora, nas ruas do país.

Sim, a experiência do Partido dos Trabalhadores ocupando o poder pelo voto num país como o Brasil teve um impacto imensurável na vida dos brasileiros. E isto ninguém pode tirar dele. Contudo, suas contradições são igualmente enormes. O Brasil governado pelo PT, principalmente a partir do segundo mandato de Lula e no governo de Dilma Rousseff, aliou-se ao que havia de pior, de mais podre e imoral nas oligarquias brasileiras, representadas por José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, com os ruralistas, além de Paulo Maluf, Fernando Collor de Melo, Eduardo Cunha, entre outros. Aparelhou e enfraqueceu os movimentos sociais; cedeu diante de questões como o casamento civil igualitário, a lei do terrorismo e a legalização das drogas; pouco avançou na regularização fundiária e na demarcação de terras indígenas e unidades de conservação; acentuou o aumento da população carcerária em condições desumanas, ao manter a política falida de guerra às drogas; fez as grandes hidrelétricas na Amazônia (Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, e a Belo Monte, no Xingu), desencadeando graves violações aos direitos humanos e agravando ainda mais o desmatamento da floresta e a contaminação dos grandes rios da região, e por fim, possibilitou que os banqueiros lucrassem imensamente e, na tentativa de “conciliação da sociedade”, não tocou na renda dos ricos. E não podemos esquecer o aparelhamento do Estado e da corrupção.

Não podemos deixar de lado o fato de que política no Brasil está mais para as paixões do futebol do que para a sensatez da filosofia e ciências políticas. Quem odeia Lula e o PT, como encarnação de todos os males, só consegue enxergar uma parte, assim como quem os ama, para não se ver diante das ruínas de seu projeto político, é incapaz de ver a outra parte. Para alguns membros do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad não teve mais votos porque Ciro Gomes, apontado por eles como traidor, se propôs a ser uma “terceira via”. Esquecem-se com facilidade de suas contradições. É inconcebível que alguns analistas ainda considerem a possibilidade de tentar compreender este momento negando a corrupção crônica e sistêmica do PT no poder, que causa repulsa à maioria esmagadora da população. Assim como ignoram o que a construção de Belo Monte causou na vida de tanta gente. E mesmo como o projeto econômico neoliberal de Dilma gerou milhões de desempregados no país. E também é difícil entender como o PT é demonizado por pessoas e setores que muito se

beneficiaram com seu governo, que não apenas deixou os pobres menos pobres, mas tornou os ricos mais ricos.

Mas fora da crítica necessária aos governos petistas, é preciso tocar num tema crucial: o avanço do fascismo no país. Não se trata de folclore, como muitos querem que acreditemos. É um perigo real e temporal com o qual nos deparamos nestes últimos anos. É ingenuidade acreditarmos que a luta a ser travada neste momento é contra o candidato Jair Bolsonaro. Não é. Ele apenas representa uma parcela da população que se escondeu durante décadas atrás do politicamente correto e que, nele, encontrou um instrumento para extravasar seu ressentimento engasgado. A luta é contra parte desta parcela da população que não aceitou, e não aceita, abrir as portas das modernas senzalas e garantir direitos trabalhistas às empregadas domésticas. É contra um empresariado que não aceita lucrar minimamente menos por ter que pagar 13º salário, Férias, e outros direitos e ainda ter que dividir sala de aula da faculdade com o filho do empregado. É contra a outra parte desta parcela que não aceita perder os favores de seus patrões, defendendo-os como se defendessem os próprios interesses (não são seus interesses!). É contra o comércio da religiosidade, e com ele o fundamentalismo religioso, que não quer perder as regalias de isenções de taxas e impostos, além de querer imprimir numa sociedade plural sua crença distorcida do que é moral ou imoral. Basta querer enxergar para perceber que Jair Bolsonaro tem o apoio das grandes igrejas neopentecostais do país: a Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, a Mundial do Poder de Deus, de Valdomiro Santiago, a Internacional da Graça de Deus, de RR Soares, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, de Silas Malafaia, entre outras. Quais seus verdadeiros objetivos? Mas Bolsonaro é só um representante desta parcela da população. O que deve ser combatido é o fascismo crescente e o que alimenta suas cadelas no cio. Como já explicitado, a ascensão da classe mais pobre nos governos petistas está na base do ódio de classe que vem do andar de cima, não dos pobres beneficiados, mas de quem não quer partilhar dos mesmos espaços com os que antes subjugavam. Como disse Leonardo Boff, esse legado não pode ser perdido ou negado, pois significou uma diminuição da desigualdade, uma humanização nas relações sociais e um limite à voracidade selvagem de nosso tipo de capitalismo que nunca foi civilizado e mantém níveis de acumulação dos mais altos do mundo, sem qualquer sentido de solidariedade para com seus semelhantes.

Jair Bolsonaro afirma que pretende ser um presidente honesto, cristão e patriota. Não é uma afirmação recente, ele a utiliza há trinta anos, tempo em que é deputado federal. Mais que isso, estes slogans foram muito utilizados pelo regime militar, que derrubou um governo democrático em 1964. E na verdade, no fim das contas, o candidato do PSL e a ditadura militar são lados da mesma moeda, aliás, Bolsonaro é um “herdeiro golpista disfarçado de candidato dos militares”, como bem descreveu João Goulart Filho. Ele representa o ódio e o ressentimento, a ignorância, do fascismo e da violência, que tentam se mascarar utilizando os apelos populares de combate à corrupção, da defesa da religião e do amor ao país.

Bolsonaro rejeita reiteradamente as regras democráticas da política. Elogia incessantemente a ditadura civil-militar (1964-1985) e já contestou por diversas vezes a legitimidade da democracia após 1985. Iniciou seu primeiro mandato como deputado federal em 1991 e já colecionava polêmicas, como sua declaração em 1993 de que era favorável à ditadura e do fechamento do Congresso Nacional. Ele nega veementemente que a usurpação do poder constituído em 1964 tenha sido um golpe de estado. Já verbalizou que pretende aumentar o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 21, tendo o poder de escolha das 10 vagas que criaria. Seu candidato a vice-presidente é um general recém reformado que defendeu diversas vezes um golpe das Forças Armadas contra o governo eleito e que, no decorrer destas eleições, já admitiu que o presidente tem o direito de dar um “autogolpe” em seu governo, o que fizeram, por exemplo, Alberto Fujimori, no Peru (1992), e Nicolás Maduro, na Venezuela (2017), além de apontar sua contrariedade a benefícios trabalhistas como o 13º salário e férias. Em 1998, em entrevista a um telejornal, Bolsonaro afirmou que os militares, quando estavam no poder, deveriam ter matado 30 mil pessoas e o erro do Regime foi ter torturado e não matado. Em seus discursos incentiva policiais a matarem suspeitos de práticas criminosas e pessoas comuns a serem “vingadores”, o que já causou diversos linchamentos pelo país, principalmente de jovens negros. Ele tenta de todas as formas justificar chacinas nas periferias de grandes cidades e no campo.

Destaco também que sua prática fascista está no não reconhecimento de seus adversários políticos, deslegitimados a todo instante por sua propaganda de massa. Neste campo entra a negação da cultura e da intelectualidade, desprezadas por ele e seus seguidores. Livros didáticos estão sendo rasgados em escolas e bibliotecas, além de muitos materiais escolares estarem sendo “denunciados” por serem “comunistas”. Suas

ideias estão intrinsecamente ligadas à redução da liberdade e dos direitos civis da população. Já ameaçou que, se eleito, tratará os movimentos sociais como terroristas, defendendo a utilização da tortura por agentes policiais do Estado. É notório e público sua aversão aos direitos humanos. Seus seguidores perseguem ativistas e militantes de esquerda, artistas, religiosos contrários as suas ideias, adversários políticos. Não restam dúvidas de seu autoritarismo e de sua inclinação aos ideais fascistas.

O Brasil está diante de uma escolha extremamente importante. Se o Partido dos Trabalhadores representa hoje uma profunda frustração para a sociedade brasileira, principalmente do povo mais pobre, com sua imensa dívida construída pelo o que não fez enquanto governo e, ainda, pela corrupção escancarada praticada por seus filiados e dirigentes com cargos públicos, ele não pode ser tratado como um risco à democracia. Se Bolsonaro tivesse apenas aceitado o dinheiro lavado de seu ex-partido, proveniente da JBS, não seria um risco à democracia. Mas seu histórico e discurso fascistas o tornam, sem medo de errar, uma grave ameaça à democracia.

É preciso entender que o que está em jogo não são quatro anos de mandato presidencial, mas a manutenção do Estado democrático de direito.

O candidato Fernando Haddad e o Partido dos Trabalhadores precisam vir a público e pedir desculpas pelas práticas corruptas e pelas alianças espúrias que fizeram no passado recente. Devem incorporar em seu plano de governo temas fundamentais para o campo progressista e executá-las, sem caírem no erro de aceitarem imposições dos grupos conservadores para angariarem apoio.

Apoiar Fernando Haddad neste segundo turno não é dar um *salvo conduto* ao Partido dos Trabalhadores, mas é defender o Brasil da ameaça fascista representada por Jair Bolsonaro.

A missão do campo progressista é, no dia 28 de outubro, votar em Haddad para presidente e, a partir do dia 01 de janeiro, fazer oposição crítica e com seriedade às políticas contrárias ao desenvolvimento socioeconômico sustentável do nosso país. E, acima de tudo, lutar para que o Brasil volte a crescer e seu povo tenha novamente dignidade.